

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Preço combinado nos postos	2
Título: Brasil tenta resgatar credibilidade em Davos	4
Título: No Rio, ANP encontra indícios de irregularidade de preço de combustível.....	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Notas	7
Título: Por reformas, governo negocia cargos com base.....	8

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bárbara Nascimento****Título: Preço combinado nos postos**

Cade investiga cartéis na venda de combustíveis em sete cidades do país

Após um ano de sobe e desce do preço da gasolina, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) acendeu o sinal de alerta para a possibilidade de novos cartéis no setor de revenda de combustíveis. Um levantamento feito pelo Cade, exclusivo ao GLOBO, mostra que o órgão antitruste investiga, atualmente, cartéis em sete cidades: Belo Horizonte, Natal, São Luís, Brasília, João Pessoa, Goiânia e Joinville.

Além disso, há pelo menos seis outros procedimentos em fase de apuração preliminar, em sigilo. Os dados mostram que, nos últimos 15 anos, esse tipo de prática foi condenada em 16 cidades, somando mais de R\$ 220 milhões em multas aplicadas. O superintendente adjunto do Cade, Diogo Thomson, explica que épocas de crise e em que ocorrem reajustes no preço da gasolina criam oportunidades para que os donos de postos de combustíveis voltem a conversar entre si e vejam nesse contato uma possibilidade de combinar preços.

— Como os donos dos postos sabem que vai acontecer algo para impactar o preço, é uma janela para que eles conversem. Além disso, a crise econômica, com uma consequente diminuição no volume de vendas, pode funcionar como um incentivo para que eles se reúnam — destacou. Ele explicou que é comum identificar cartéis em cidades pequenas e médias e em bairros de cidades grandes. Vários dos municípios condenados já foram alvo de investigação em mais de uma ocasião nesse período. É o caso de Londrina, Goiânia, Brasília e Belo Horizonte, por exemplo.

O caso de condenação mais recente foi em Uberlândia, em Minas Gerais, que em 2015 teve seis pessoas jurídicas condenadas — o sindicato local e cinco postos — a pagar multas que somaram R\$ 1,8 milhão. Eduardo Gaban, especialista e autor do livro “Direito antitruste”, explica que, nos últimos anos, os cartéis na revenda de combustíveis têm estado no topo da lista do Cade, ao lado das práticas anticoncorrenciais em planos de saúde e serviços de honorários médicos. Isso porque há uma série de fatores no mercado de combustíveis que colaboram para que cartéis se formem nesse setor.

DIFICULDADE NA DETECÇÃO

Uma das razões que facilitam os cartéis é que há poucas distribuidoras no país e todas elas adquirem o combustível da Petrobras. Ou seja, é comum que os preços sejam próximos, já que vêm de uma mesma origem. — Esse mercado possui naturalmente um paralelismo de comportamento. Por si só, ele já induz a um comportamento próximo dos agentes. A injustiça começa a surgir quando diversos agentes conversam entre si e geram um efeito artificial de uniformização de preços — diz Gaban.

Com a proximidade natural dos preços, fica mais difícil identificar quando há um cartel de fato. Além disso, leva muitos consumidores a se confundirem e registrarem denúncias acreditando haver um cartel inexistente. Todas as denúncias passam por uma triagem do Cade. — Ao mesmo tempo em que é um mercado propício para a existência de cartéis, é muito difícil detectar. Porque o preço, que é o principal indicador, pode significar apenas um movimento natural do mercado. Um fator que costumamos olhar com suspeição é se não há um reajuste anunciado e os postos aumentam o preço nas bombas ou quando o preço do etanol aumenta em época de safra — explica Thomson, do Cade.

Para Ademir Pereira Júnior, advogado e especialista no tema, o problema é que os donos de postos podem acompanhar os preços uns dos outros e se guiar por isso, prática que não configura cartel: — O que não pode haver é combinação. E é muito difícil saber se há combinação, por mais que se puna, é sempre insuficiente. É como enxugar gelo. O Cade ainda aponta que o fato de a demanda por combustíveis ser pulverizada aumenta a possibilidade de ocorrência de cartéis. Na maior parte dos casos, como essa relação do cliente com o posto não é contratualizada, a capacidade de contestação de possíveis práticas anticompetitivas fica reduzida. Pereira Junior explica que, a exemplo de órgãos antitruste no exterior, o Cade tem mudado o posicionamento em relação a esse tipo de cartel. Isso é comum, segundo ele, em casos de setores que têm práticas anticoncorrenciais recorrentes.

Ele cita o exemplo de Brasília, onde o conselho decidiu intervir diretamente na rede Cascol — que detém cerca de 30% dos postos no DF — e nomeou, no ano passado, um administrador provisório para a rede, como medida preventiva até que o caso seja julgado: — O Cade já tinha punido o cartel na cidade e viu que as medidas estavam sendo inócuas, ele se formava novamente. Essa medida tomada para Brasília é uma novidade.

ARTICULAÇÃO DE SINDICATOS

Em grande parte das condenações, os sindicatos regionais são apontados pelo Cade como os articuladores do cartel, por serem uma oportunidade insuspeita de encontro entre os donos de postos. Tanto que, das 16 condenações dos

últimos anos, dez delas também incluíram associações e sindicatos. Em um estudo publicado sobre o setor, o conselho avaliou que a maior parte das condenações é de mercados com associação de 50% a 94,7% de empresas locais aos sindicatos.

O conselho aponta que os cartéis são sustentados por pressão e ameaças de retaliação contra dissidentes da prática. Nos cartéis onde havia a presença de sindicatos, como os de Florianópolis e Londrina, por exemplo, “cabia a esses a tarefa de controlar o comportamento dos participantes do conluio, bem como pressionar possíveis dissidentes ou empresas que não tinham aderido ao cartel. Nos casos em que não houve participação dos sindicatos, como o de Caxias do Sul, os líderes do cartel tratavam de pressionar os demais membros e cooptar empresas entrantes para a conduta ilegal”.

Por serem frequentes em cidades pequenas, os cartéis em postos de combustível muitas vezes precisam ser denunciados ao Cade pelo Ministério Público (MP), pela Polícia Civil ou por consumidores (por meio do portal do conselho). As parcerias com o Ministério Público são comuns tanto nesse setor quanto em outros. Isso porque, muitas vezes, o MP tem mais facilidade para investigar. Um exemplo são as autorizações para quebra de sigilo de chamadas telefônicas, geralmente dadas com maior facilidade ao Ministério Público do que ao Cade.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Martha Beck

Título: Brasil tenta resgatar credibilidade em Davos

Equipe econômica vai destacar a investidores aprovação do teto de gastos e encaminhamento de reformas

-Brasília- Pela primeira vez em dois anos, o governo brasileiro vai levar ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, um time reforçado, visando ao resgate da credibilidade do país, perdida com o desequilíbrio fiscal, a grave e prolongada recessão e os escândalos de corrupção. Vão desembarcar nos Alpes nesta semana os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, do Desenvolvimento, Marcos Pereira, e de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. Esta é a semana de debates sobre os rumos e desafios da economia mundial que reúne a elite global.

O presidente Michel Temer também planejava ir, mas acabou desistindo para acompanhar de perto a reta final das eleições para o comando da Câmara dos

Deputados. Ele também foi aconselhado a não correr o risco de ter que responder a algum questionamento sobre a legitimidade de seu governo depois do impeachment de Dilma Rousseff.

A ex-presidente nunca foi grande fã do evento. Compareceu apenas em 2014. Em 2015, representaram o Brasil o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, e o ex-presidente do BC Alexandre Tombini. Em 2016, foi a vez do ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa tentar mostrar o Brasil como um mercado interessante para investimentos. A missão não era fácil diante da desconfiança em relação à capacidade de Dilma de reequilibrar as contas públicas e retomar o crescimento da economia.

Agora, a expectativa da equipe econômica é obter mais sucesso. Segundo interlocutores do governo, Meirelles poderá destacar em suas conversas avanços concretos, como a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que fixa um teto para os gastos públicos, essencial ao ajuste fiscal. Ele também vai falar sobre as propostas de reforma da Previdência e das relações de trabalho e o recente pacote de medidas para turbinar o Produto Interno Bruto (PIB).

— A mensagem é de otimismo. Há boas notícias sobre a inflação, e o governo conseguiu avançar em sua agenda de reformas do Congresso. Isso é uma perspectiva positiva — disse um integrante da equipe econômica.

Meirelles esperou até o último minuto para confirmar sua participação no fórum. Ele chegou a considerar não participar do evento por causa das negociações do acordo de ajuda financeira ao Estado do Rio. Mas, a pedido de Temer, ele encontrou como solução ir a Davos para algumas reuniões e voltar ao Brasil mais cedo. Ele embarca no fim de semana e retorna na quarta-feira. Na quinta-feira, estará em Brasília para a assinatura formal do acordo com o Rio.

O principal evento na agenda de Meirelles é a tradicional reunião do Business Interaction Group on Brazil (BIG Brazil), onde autoridades do governo brasileiro se encontram com grandes investidores interessados no mercado nacional. Segundo interlocutores da área econômica, se Temer viesse a Davos, esse certamente seria um compromisso em sua agenda. Meirelles também deve participar de três eventos organizados pelo próprio Fórum, sobre reforma da Previdência, conjuntura na América Latina e sobre a relação entre América Latina e o novo governo dos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, que tomará posse no dia 20 de janeiro, último dia do evento.

Meirelles vai se reunir com investidores e com grandes empresários. Na agenda do ministro estão encontros com os presidentes do Grupo Arcelor-Mittal, Lakshmi Mittal, da AT&T, Randall Stephenson, do UBS, Axel W. Weber, e do

Lloyd's, John Nelson. Outros nomes previstos na agenda do ministro são os do presidente da Bolsa da Nova York, Thomas Farley, e da executiva do Facebook Sheryl Sandberg.

JANOT ABORDARÁ A LAVA-JATO

Na área de comércio, o ministro Marcos Pereira vai aproveitar para conversar com representantes de países com os quais o Brasil quer fechar acordos comerciais como México e Canadá. Ele também vai lançar as negociações entre o Mercosul e um bloco de países europeus, a Associação Europeia de Livre Comércio (composta por Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein).

— O Brasil deve aproveitar o Fórum para debater temas que estão muito fortes na agenda internacional. Um dos assuntos será o atual viés protecionista no mundo. Vamos mostrar que o Brasil está na contramão disso e quer fechar acordos comerciais — disse o secretário de Comércio Exterior, Abrão Neto.

Rodrigo Janot também terá participação destacada, em painéis sobre corrupção nos quais certamente será abordada a Lava-Jato. Ele vai participar de debate da Iniciativa Conjunta de Combate à Corrupção (Paci, na sigla em inglês) com empresários do setor de infraestrutura e desenvolvimento urbano, além de representantes do setor público de países europeus e asiáticos. Caberá ao procurador-geral listar os avanços do Brasil no combate à corrupção. Ele também falará sobre combate a crimes cibernéticos, na mesa sobre Parceria Público-Privada.

O tema do Fórum é "Liderança Responsiva e Responsável", e um dos focos de debate será a retomada do crescimento global. O evento de 2017 terá um recorde de participantes: mais de 3.000 pessoas de mais de cem países, incluindo 1.200 CEOs (altos executivos) e 50 chefes de Estado e de Governo.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: No Rio, ANP encontra indícios de irregularidade de preço de combustível

Dados foram encaminhados pela agência ao Cade

Apesar de não estar entre os estados na mira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), análises realizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) entre 2012 e 2016 no Estado do Rio concluíram pela existência de possíveis indícios de infração da ordem econômica em duas cidades. Foram feitas 13 análises no período com o objetivo de verificar sinais de cartelização

na venda de combustíveis. A agência, porém, não revela em quais municípios foram detectadas as suspeitas de formação de cartel para não comprometer as investigações, citando a Lei nº 12.527/2011.

Os dois casos com sinais de irregularidades foram verificados em 2014 e 2015 e os dados foram encaminhados ao Cade. O presidente do Sindestado-RJ, que reúne os postos do Estado do Rio, Ricardo Lisbôa, avalia que o órgão de defesa da concorrência não comprovou a existência de cartel porque o sindicato não foi notificado.

— É importante ressaltar que nós não temos nenhum processo de acusação de cartel no Estado do Rio. Os postos têm uma concorrência muito grande. Acho que conseguimos mostrar que não há espaço para tal prática — destacou o executivo.

O Estado do Rio tem cerca de 2.300 postos. A ANP explica que as análises são realizadas, na maioria das vezes, a partir de denúncias encaminhadas por Ministério Público, Procons e outras entidades públicas. Há casos ainda em que as análises são realizadas a partir de informações obtidas via fiscalização, imprensa ou do próprio levantamento de preços e margens de comercialização de combustíveis feitos pela ANP. Os dados de preços utilizados são obtidos por meio do levantamento seletional feito pela agência.

Mas o Estado do Rio também já enfrentou outros problemas nos postos, como adulteração nos combustíveis. Postos na Ilha do Governador, no Rio, de bandeira Petrobras Distribuidora (BR), Shell e Ipiranga foram interditados pela ANP no início de novembro do ano passado. Os postos vendiam álcool hidratado (etanol) adulterado com metanol, uma substância poluente e tóxica. Tão logo o problema foi detectado, as empresas suspenderam a venda do produto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Notas

Conflito de interesses na Musa

Uma das alegações da Sumitomo para vetar a liberação do caixa da Mineração Usiminas (Musa) seria que a siderúrgica mineira tem conflito de interesses para deliberar sobre o tema. A companhia japonesa, que possui 30% da mineradora, teria justificado que as decisões dos sócios precisam ser pautadas pelo melhor interesse da companhia, o que não seria o caso da redução de capital, que

beneficia a Usiminas. Além disso, a siderúrgica não poderia considerar o caixa da Musa como seu.

Sem conversa

A Usiminas não teria conversado com sua sócia na Musa antes de firmar com seus credores bancários os termos para a reestruturação de sua dívida. Entre as exigências previstas no acordo, está exatamente a liberação do caixa da Musa, até junho próximo. Do total de R\$ 2,34 bilhões contabilizados pela Usiminas em seu caixa ao final de setembro, R\$ 1,3 bilhão é da Musa.

Lá tem

Ao contrário do acordo de acionistas da Usiminas, o da Musa possui a cláusula arbitral. O caso poderá ser resolvido por essa via e não na Justiça comum.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Andreza Matais e Marcelo De Moraes

Título: Por reformas, governo negocia cargos com base

O governo federal vai reabrir negociações com parlamentares sobre nomeações das presidências das estatais para amarrar a base de apoio e garantir a aprovação das polêmicas reformas trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso. No balcão de negócios, está a presidência da Funasa, que pode sair das mãos do peemedebista Henrique Pires para ficar sob o comando de Rodrigo Dias (PTB). Em discussão, estão ainda as presidências da Eletronorte, Eletronuclear, Eletrobrás, Itaipu, Incra, Basa, BnB e até a diretoria jurídica do Banco do Brasil.

MME / ASCOM